NOTA DE IMPRENSA
Conselho Regional do Sul da Mútua dos Pescadores

A atividade da Mútua dos Pescadores desenvolve-se em todo o território nacional. No entanto, no que concerne à sua organização e intervenção esta cooperativa divide o território em seis zonas – Norte, Centro, Sul, Algarve, Açores e Madeira.
A cada zona corresponde o seu órgão estatutário - o Conselho Regional – constituído por representantes provenientes das comunidades locais, objetivando a análise das dinâmicas, as carências e as respostas a dar aos problemas colocados em cada território.

Desta feita, as reuniões anuais destes órgãos tiveram início em Sesimbra, com o Conselho Regional do Sul no passado dia 12 de fevereiro. A administração prestou contas relativamente ao exercício do ano de 2021, apreciou-se a atualidade do setor marítimo, das pescas e das comunidades ribeirinhas, tentando traçar linhas de trabalho para o corrente ano.

Depois das informações prestadas sobre a solidez e o crescimento da Mútua em 2021, fruto de uma gestão competente e criteriosa, os membros do Conselho Regional do Sul salientaram múltiplas preocupações que assolam as comunidades da zona Sul.

Para além das questões que são transversais a todo o território – escassez de força de trabalho, subida vertiginosa dos preços dos combustíveis, uma complexa carga burocrática, questões de segurança como barras e portos assoreados, falta de escadas de acesso às embarcações e ausência de defensas nos cais ou a desvalorização social das profissões ligadas ao mar – existem matérias específicas de cada comunidade que assumem especial relevância e preocupação.

Em **Setúbal**, constata-se o "eterno" e caduco mecanismo de encalhe de embarcações que carece há muito de substituição e ausência de bombas de combustível para abastecer a pesca profissional, tendo que se deslocar ao cais do recreio para o efeito.

Em **Sesimbra**, tendo em conta a especificidade local e a histórica vocação para pesca com palangre, designadamente dirigido ao espada preto ou à pescada, bem como as muitas dezenas de embarcações que utilizam armadilhas dirigidas à captura do polvo, deparam-se como uma questão que tem paralisado parte da frota – a ausência de isco. Como é sabido, com a pesca do Cerco praticamente parada em quase todo o país, o isco vai faltando e o que chega à primeira venda é licitado a preços proibitivos, inviabilizando a continuidade da atividade para muitos trabalhadores e empresas de pesca, vendo-se desta forma privados de rendimentos.

Outra matéria sempre abordada neste Conselho Regional prende-se com as dificuldades de circulação rodoviária de acesso a esta vila, tendo em conta também a sua importância para as pescas nacionais – é sempre importante referir que Sesimbra é o porto onde, em termos de quantidades, mais pescado

é descarregado no país. Esta questão entronca com a ausência de cuidados primários de saúde ao nível das urgências numa comunidade onde a pesca tem uma relevância tão grande e onde a sinistralidade é constantemente elevada. Os sinistrados têm que fazer uma viagem de cerca de 40 minutos para conseguirem uma avaliação médica na unidade de saúde mais próxima!

Regista-se ainda que o **acesso à formação profissional não é igual em todos os Portos da Zona Sul**, criando desigualdades de oportunidades nesta área.

Estas são apenas algumas das questões mais relevantes apresentadas pelos membros do Conselho Regional do Sul, que requerem a maior atenção da administração central e das mais diversas entidades, públicas ou privadas, com intervenção nas referidas áreas.

A Mútua dos Pescadores continuará o seu périplo pelo país marítimo, confrontando e confrontando-se com a realidade concreta, dando visibilidade aos problemas identificados e contribuindo à sua medida para a resolução dos mesmos, acompanhando as transformações e as mutações diárias de um tempo que não se suspende – colocando constantemente novas questões a carecer de novas respostas.

28 de fevereiro de 2022

O Conselho de Administração da Mútua dos Pescadores